

MUSEU E IDENTIDADE CULTURAL, A EXPERIÊNCIA DE UMA COMUNIDADE SUL BRASILEIRA

Jaeme Luiz Callai
jcallai@unijui.edu.br
Professor UNIJUI

Helena Copetti Callai
copetti.callai@gmail.com
Professora UNIJUI
Pesquisadora do CNPq

Recibido: 26 de octubre de 2017
Aceptado: 16 de noviembre de 2017

Resumen

En la dinámica del proceso de atracción de inmigrantes europeos, al final del siglo XIX, se construyeron en Brasil diferentes experiencias de implantación de núcleos de poblamiento, denominados localmente, “colonias”. En estas “colonias” familias de origen europeo pasan a la condición de pequeños productores rurales en contacto con la sociedad local constituida de luso-brasileiros, afrodescendientes e indígenas. El texto discute cómo la diversidad de estos grupos étnico-nacionales europeos, en el contacto con la sociedad envolvente, organiza y reorganiza una nueva identidad. Ahora no más de “europeos” pero de brasileños portadores de una cultura diferenciada con especificidades resultantes de esta particular experiencia histórico social. Se considera aún la actuación educativa del museo local en este proceso de construcción identitaria.

Palabras clave: Identidad étnico cultural; educación museológica; Inmigración europea.

Abstract

The dynamic immigration system Brazil offered to europeans in the late 19th century developed different experiences in the settlement of population, presented in nuclear villages, locally denominated “colonies”. In those communities, families originary from Europe become small farmers in the society constituted by portuguese-brazilian, afrodescendants and indigineous people. The text discusses how these european national-ethnic groups, in contact with their new society, arrange and rearrange their new identity. Not longer as europeans, but as brazilians, bearers of diverse culture within such peculiar historical and social experience that is immigration. Also is considered the educational relevance of the local museum in the construction of their identity.

Keywords: Cultural Identity, Museun Education, European Immigration.

A pretensão deste artigo é discutir como se constrói a identidade cultural de uma determinada comunidade tendo como objeto de análise um município brasileiro – IJUÍ - situado no estado do Rio Grande do Sul. Criado no final do século XIX, atualmente conta com mais de 86 000 habitantes, constituindo-se num centro populacional e econômico de expressão regional. O interesse nesta questão deriva do fato do mesmo ter-se originado de um empreendimento estatal de povoamento através da fixação de imigrantes europeus, pequenos agricultores, naquela que era uma das últimas áreas da expansão da fronteira agrícola capitalista no sul do Brasil. E, subsidiariamente, há o interesse pela análise da contribuição do museu local na preservação da memória, da história e de identidade cultural.

A história do Brasil, e das Américas, o denominado Novo Mundo, é desde o século XV um continuado processo de expansão dita “civilizatório” da Europa, e concomitantemente de destruição das sociedades autóctones. Darcy Ribeiro (1979), antropólogo brasileiro, ao analisar o resultado deste processo propõe uma tipologia que pretende explicar as diferenças atualmente observáveis. Na análise ele considera a virulência do processo de destruição das sociedades indígenas, fato ainda observável mesmo nos dias atuais mas já denunciado por Bartolomeo de Las Casas (*Brevisima relación de la destrucción de las Indias*, 1552); a introdução de expressivos contingentes de escravos negros, trazidos compulsoriamente da África, e as correntes migratórias de origem europeia central e do norte, mas também do leste, que em sucessivas ondas aportaram nas Américas. Toda essa dinâmica populacional tem como pano de fundo os interesses econômicos dos segmentos dirigentes da Europa. O expansionismo europeu transforma radicalmente o mundo, muito embora não se possa dizer que seja à sua imagem e semelhança, pois é necessário considerar o grau maior ou menor de resistência das sociedades autóctones. Ali onde as mesmas são demograficamente mais numerosas e culturalmente mais estruturadas, maiores são as condições de resistência, doutra parte populações de baixa densidade demográfica são dizimadas, fadadas ao desaparecimento quase que por completo.

A tipologia proposta por Ribeiro considera a existência, na atualidade, de povos testemunho, povos transplantados e povos novos. Os denominados povos testemunho constituem as sociedades contemporâneas onde o peso demográfico da população indígena é de tamanha magnitude que os traços culturais predominantes são aqueles indígenas, como é o caso da Bolívia, do Peru, do Equador, por exemplo. Já os povos transplantados caracterizam-se por sociedades em que a população indígena originária era pouco numerosa, ou quase que totalmente dizimada, sendo o território ocupado por migrantes oriundos (transplantados) da Europa. É o caso dos Estados Unidos da América, Argentina, Uruguai. O terceiro grupo, os povos novos, seria o resultante de um amálgama de populações e culturas indígenas, negras e europeias. Neste terceiro grupo se inscreveria o Brasil.

Claro está que a tipologia proposta por Ribeiro, afora ser discutível, apresenta um compreensível grau de generalização. Tomando especificamente o caso do Brasil, um

imenso território, que é praticamente o dobro da superfície da União Europeia, apresenta considerável diferenciação demográfica e cultural. A região amazônica apresenta clara predominância étnico cultural das numerosas sociedades indígenas ali presentes, já os estados do sul a par de uma baixa densidade da população negra e indígena caracterizam-se pela predominância de grupos étnico nacionais, emigrados europeus recentes (séculos XIX e XX) e, finalmente, as regiões (Centro Sudeste e Nordeste) que possuem o maior peso demográfico, cultural e econômico constituindo o que é mais representativo do “tipo ideal” proposto por Ribeiro.

Muito embora a historiografia oficial tenha construído uma narrativa nitidamente eurocêntrica, exaltando o papel civilizatório dos portugueses e europeus em geral no contato com a população nativa, o que ocorreu foi um cruento processo de destruição demográfica e cultural. “Índio bom é índio morto”, no entendimento das elites e mesmo da população branca local, foi e continua sendo uma consigna muito apropriada a justificar a ação política, econômica e cultural da sociedade envolvente. O que ocorre no Rio Grande do Sul não é muito diferente.

O estado sulino é hoje fronteira com o Uruguai e Argentina. Desde o século XVI uma fronteira em disputa, entre os impérios português e espanhol, que se consolida em definitivo só no século XIX. Ocorre que o território em disputa é originariamente habitado por povos indígenas – coletores, caçadores, praticantes de uma incipiente agricultura itinerante - os **Guarani** cuja área de dispersão abrangia o atual Paraguai, nordeste Argentino, campos do Rio grande do Sul e o Uruguai; e os **Kaingang** que ocupavam as áreas de floresta subtropical em todo o sul do Brasil – estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Enquanto portugueses e ibéricos disputavam o território a população indígena era escravizada por traficantes brasileiros, submetida à exploração das *encomendas* espanholas ou ainda sob a proteção e domínio dos jesuítas.

A experiência jesuítica de evangelização junto aos indígenas guarani resultou na sedentarização destes em trinta povos (cidades), cuja população total ultrapassava 100 000 indivíduos. Ligon (1977) faz uma defesa apaixonada desta experiência num livro denominado “A república comunista cristã dos Guaranis”, mas desta “república” só restaram ruínas que hoje são reconhecidas como Patrimônio Cultural da humanidade.

Curiosamente, mas muito revelador, das condições em que se desenvolvem as relações entre os grupos indígenas e a sociedade nacional é a presença junto a este Patrimônio Cultural da Humanidade, de famílias indígenas guaranis. Construtores que foram destas cidades apresentam-se aí pauperizados, vendendo um artesanato rudimentar em condição de quase indigência.

A destruição desta experiência evangelizadora dos Jesuítas junto aos Guarani resultou dos conflitos dos impérios ibéricos na fixação de suas fronteiras nesta área da bacia do rio da Prata.

A efetiva ocupação portuguesa do território rio-grandense se dá na metade sul do território a partir do início do século XVIII, e na metade norte, logo após, num segundo fluxo com a ocupação das áreas de pastagens. A atividade econômica predominante é

sempre a pecuária, bovina na parte sul e muar na parte norte. Até meados do século XIX o povoamento era rarefeito com extensas regiões de floresta, terras públicas, em cujo interior movem-se indígenas e populações caboclas a margem dos circuitos econômicos dominantes. Para essas populações marginalizadas o extrativismo da erva mate (*ilex paraguayensis*) representa a possibilidade de algum ganho monetário, muito embora bastante precário.

Esse é uma síntese muito abreviada do quadro em que se encontra o estado do Rio Grande do Sul ao final do século XIX – algumas poucas e acanhadas cidades, distantes centenas de quilômetros uma da outra. Tem início então uma política de atração de novos contingentes de camponeses europeus – alemães, italianos, espanhóis, do centro, do norte, do leste europeu. Estes imigrantes são atraídos para o Rio Grande do Sul com a promessa de fácil acesso à propriedade da terra. Pretendia-se constituir uma classe de pequenos proprietários rurais com o que se garantiria a efetiva ocupação das terras, a disponibilidade de contingente populacional para a eventualidade de conflitos com as nações vizinhas e, não menos importante, a garantia de crescente oferta de produtos alimentícios à população urbana.

Ao longo do século XIX a fixação dos novos imigrantes se dá em áreas próximas aos centros urbanos maiores. Neste primeiro momento os imigrantes, denominados localmente “colonos”, constituem agrupamentos relativamente homogêneos do ponto de vista étnico – alemães, italianos, poloneses, cada qual em núcleos separados. Quando, ao final do século inicia-se a ocupação da porção norte do estado, onde situa-se Ijuí, observa-se o cuidado em evitar a ocorrência de quistos étnicos por meio da atração e instalação de imigrantes de diversas etnias e nacionalidades, em espaços contíguos formando como que um mosaico cultural.

De 1890 a 1912 são instalados em Ijuí mais de 5.000 pessoas, vindas diretamente da Europa, ou filhos de imigrantes que reemigram das áreas inicialmente ocupadas, no Rio Grande do Sul, há 50 ou 70 anos atrás. São alemães, austríacos, espanhóis, letos, italianos, poloneses, russos, suecos, afora outros contingentes menos numerosos. Nestes primeiros anos, no dizer de um cronista da época, a Colônia de Ijuí se assemelhava à Torre de Babel tantas eram as línguas através das quais todos procuravam se entender.

Nossa comunidade recebeu prazerosamente representantes de pelo menos 19 nacionalidades, pois, é este o número de idiomas que se ouve por aqui. Até parece a Babel do novo mundo. Aqui se encontraram as seguintes famílias: 500 polonesas, 30 lituanas, 20 rutenas, 10 tchecas, 200 alemãs, 100 austríacas, 100 italianas, 50 suecas e várias finlandesas. Além destas famílias, moram portugueses, brasileiros e seus descendentes, espanhóis, franceses, árabes, gregos, mulatos e bugres” (Cuber,1975 :30).

Desde cedo estes imigrantes buscavam organizar-se em associações culturais, esportivas, beneficentes, próprias de cada grupo étnico. Surge então a “escola alemã”, a “sociedade polonesa” Tadeu Kósciuzko, a “sociedade italiana” Giovana Margarita, o

Clube de Atiradores Tell, a Igreja Batista Leta, os jornais Die Serra Post (língua alemã), e o Kolonista Polski (língua polonesa). Estas primeiras manifestações representam um esforço de preservação da respectiva identidade cultural numa precária condição de isolamento social onde a presença do estado nacional brasileiro é historicamente inexistente, e o eventual apoio das nações de origem é muito incipiente. Neste período, graças aos esforços dos imigrantes de primeira geração se reproduz na nova terra uma espécie de contrafação do que era a sociedade de origem.

A festa realizada pelas famílias austríacas, em agosto de 1907, para comemorar o aniversário do Imperador Austríaco Francisco José I. Como se pode observar na foto estão reunidas as crianças, seus pais, sob orientação do professor, bem ao centro da foto em posição de destaque.



Figura 1. Sociedade escolar austríaca da Linha 6 Leste em Ijuí (Rio grande do Sul). Festa comemorativa do 77º aniversário do imperador austríaco Francisco José I. 1907. Acervo: Museu Antropológico Diretor Pestana. CB 4.1. 0490

Mas, nem tudo é festa, observa-se também a persistência dos conflitos étnico-nacionais da velha Europa. É bastante elucidativa a manifestação do padre polonês, pároco da colônia de Ijuí, Antoni Cuber (1975, pp. 44-45), “Nós poloneses que somos

obrigados a ficar no estrangeiro, pois nossos ferrenhos inimigos, por meios injustos, e fraudulentos, nos arrebatarem a pátria, e junto disso, a possibilidade de uma existência livre – não devemos esquecer, jamais, a nossa querida pátria-mãe. (Cuber, 1975, pp. 44-45).

O quadro passa a se alterar de forma radical com a eclosão da Primeira Guerra Mundial com a proibição de publicações em língua estrangeira e de quaisquer outras manifestações que pudessem ser consideradas exógenas. A partir de então há um esforço de nacionalização de escolas, de entidades sócio culturais, afora o controle ou proibição da circulação de jornais, revistas e livros estrangeiros, nomeadamente alemães, italianos, mas também poloneses.

Na fotografia, do ano de 1919, observa-se um grupo de alunos e alunas, o que revela que a escola era mista, o que é pouco usual na época, no Brasil. Mas mais revelador é a denominação da referida escola. Pode-se ler, no centro do grupo, ” Deutch- Bras Schule” – Escola Alemã Brasileira, Santa Clara 1919. Certamente era uma escola mantida pelos imigrantes alemães, aulas ministradas em alemão, que por efeito da política de nacionalização a escola incorpora a denominação “brasileira”, mas curiosamente permanece a escrita em língua alemã.



Figura 2. Escola Teuto Brasileira do Núcleo Colonial de Santa Clara do Ingaí (Rio Grande do Sul). 1919.

Acervo: Museu Antropológico Diretor Pestana. CB 4.1. 0384

A política nacionalizadora do Estado Novo (2ª Guerra Mundial) se completa com a ampliação da escolarização da população infantil agora em língua portuguesa e com livros e materiais didáticos “aprovados pelo Ministério da Educação”. É evidente o processo ideológico de inculcação e homogeneização cultural desenvolvido pelas escolas - muito ufanismo, muita doutrinação nas aulas de história, de moral e civismo, muito culto à pátria, aos heróis nacionais...

Essa dinâmica xenófoba resulta na perda das referências culturais tradicionais pelas sucessivas novas gerações que apresentam crescente aderência aos valores e práticas culturais da sociedade brasileira (seja lá o que isso possa significar). As associações culturais, esportivas, as escolas mantidas pelas comunidades, e eram muitas, deixam de existir ou mudam substancialmente suas características no esforço de adaptar-se aos novos tempos. Era um tempo de manifestações xenófobas, em que era perigoso ser estrangeiro, ou ser confundido com estrangeiro. A principal característica da política interna brasileira no período “foi uma intensa campanha de nacionalização no sentido de integrar os elementos de origem estrangeira, radicados no Brasil, no sentindo espírito de brasilidade” (Frankenberg, 1938, p.139).

Foi o tempo em que quaisquer manifestações que lembrassem a terra de origem eram proibidas e por vezes violentamente reprimidas. Estavam todos constrangidos a “amar a pátria”: cantando o hino nacional, reverenciando a bandeira brasileira. Muitos são os relatos de perseguições policiais a velhos imigrantes acusados de utilizarem-se da sua língua materna, e inclusive detidos sob a acusação de serem “quinta coluna”, espões a serviço dos países do Eixo, considerados inimigos.

Não bastasse pois a ação deletéria da política de nacionalização, ao que se deve agregar o crescente distanciamento geracional em relação à pátria de origem, observa-se na segunda metade do século XX a deflagração de violento processo de modernização agrícola com a destruição de formas tradicionais de convivência, de solidariedade. O modo de vida camponês entra em colapso, a ruptura resulta na exclusão, via êxodo, para os centros urbanos de significativa parcela da população rural.

É neste momento de tão radicais transformações sob a égide do “progresso” e da modernização que é criado, sob os auspícios de uma instituição de ensino superior, um museu. Um museu para guardar coisas velhas? Para cristalizar, fossilizar o passado? Por certo que não, o que se pretendia era promover uma reflexão relativamente ao passado enquanto experiência acumulada. O que o novo museu propunha era o desafio da comunidade regional reconhecer-se enquanto expressão diversa de uma experiência humana que não se dilui de modo amorfo no âmbito da sociedade brasileira ou mundial. É um museu do homem regional, da humanidade tal como ela aqui se constituiu, e que se pretende resgatar, preservar. Nele há lugar para o indígena, para o negro, para o caboclo, ao lado do imigrante.

Desde sua constituição há pois, neste Museu, um esforço de desconstrução de um discurso laudatório dos imigrantes como únicos portadores da cultura, do progresso, como desbravadores e povoadores da nova terra. O Museu assume um viés mais plural

acolhendo manifestações das culturas subalternas – indígena, negra, cabocla. Esta perspectiva se reforça no decorrer dos anos resultado inclusive do crescente protagonismo desses grupos no âmbito da sociedade brasileira. São mais de cinco décadas de trabalho, de pesquisa, de recolha de material, de produção de exposições, mostras e publicações sempre numa perspectiva multicultural que busca abarcar as diferentes nuances de uma sociedade local que se pretende portadora de uma cultura diversificada.

O acervo documental reunido pelo Museu é bastante significativo e tem como um de seus diferenciais particularmente importante a Secção de Imagem que reúne mais de 300 mil fotografias e negativos fotográficos, que cobrem um vasto período de tempo. Mais de um século de registros da vida familiar, de eventos sociais, da paisagem urbana ou rural. A par desse material cabe registrar a documentação administrativa que remonta ao momento mesmo da implantação do projeto de colonização no final do século XIX; objetos de uso pessoal, instrumentos de trabalho e máquinas representativas da atividade fabril, mobiliário representativos do período inicial da ocupação da região pela imigração europeia. Não se pode deixar de referir ao material indígena – objetos paleolíticos, de cerâmica, ao lado de artesanato e documentação do indígena atual que remanesce na região. Quer o Museu, com a documentação que reúne, com os estudos e exposições que realiza, revelar e valorizar a diversidade da experiência cultural que a sociedade local é portadora.

Dentre outras tantas atividades, no ano de 2015, com a preocupação de ampliar o entendimento da dimensão multicultural da sociedade regional foi organizada uma exposição itinerante denominada **Pluralidade**, estruturada em três eixos – Comunidades Indígenas no Noroeste do Rio Grande do Sul; Negros no Noroeste do Rio Grande do Sul, e Imigração no Noroeste do Rio Grande do Sul. Compostas por reproduções fotográficas do acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana a mostra foi apresentada em escolas e entidades culturais de Ijuí e dos municípios da região. Como subsídio à exposição foram distribuídos opúsculos tratando da temática de cada um dos três eixos já referidos. Neles fica explícito a perspectiva do trabalho educativo do Museu no tratamento da questão da pluralidade cultural da sociedade local.

O eixo que trata das “comunidades indígenas” ocupa-se em combater manifestações preconceituosas em relação aos indígenas e a natureza das reivindicações territoriais destes no âmbito da expansão da fronteira agrícola da sociedade branca.

“A designação “bugre” às pessoas de origem indígena foi uma transferência de qualificação depreciativa e pejorativa de imigrantes europeus às comunidades e povos indígenas do continente latino-americano. A lógica que persiste é da falta de civilidade, conforme o pretenso senso comum referente aos aspectos dominantes da cultura e estereótipo ocidental”.... A chegada dos grupos sociais e colonizadores oriundos da Europa promoveu uma profunda transformação na territorialidade, organização, autonomia e trânsito das comunidades indígenas no Rio Grande do Sul, além da transformação da paisagem geográfica ... Impuseram às comunidades indígenas a perspectiva colonizadora da limitação geográfica e geopolítica de reservas e áreas demarcadas ... (o que)... não

corresponde às concepções de territorialidade das comunidades e povos indígenas.”(Stefanello, Matte e Luckman, 2016, pp. 8-11)

Muito embora a presença da população negra, afrodescendente, seja relativamente pequena na região ela preexistia anteriormente à chegada dos imigrantes europeus. Ex-escravos, cuja descendência sofre o estigma da escravidão e a desqualificação social fruto do preconceito racial.

“À época a sociedade brasileira estava sob o paradigma da aceitação da condição de marginalidade social de negros, caboclos, indígenas e mesmo imigrantes pobres... Os direitos políticos, sociais e culturais estavam, ainda distantes de serem estendidos a esses sujeitos, somados a isto, os supostos benefícios do processo de modernização apenas gravitavam sobre eles.... A cultura afro-brasileira ainda causa estranhamento e desconfiança, sobretudo, às mentes imaginativas oriundos da matriz cristã.” (Daronco, Rodrigues e Stefanello, 2016, pp. 5-6)

Completando o material posto à disposição da exposição itinerante chama a atenção para o fato de que

“A colonização desta região muitas vezes é apresentada como um processo de povoamento, como se coubesse aos colonos (imigrantes), os ditos pioneiros, a primazia e exclusividade da ocupação. Longe disso! Esta região já se encontrava ocupada, de modo rarefeito é verdade, mas ocupada. A colonização resulta, a um só tempo, na ocupação e na desocupação da região. A chegada dos imigrantes era precedida pela “limpeza da área” com a expulsão dos nacionais (caboclos, mestiços, negros, indígenas) [...] a partir dos anos 1960 quando a modernização da agricultura destrói a agricultura colonial, os colonos vão para a cidade e assumem nova identidade. Agora se identificam como gaúchos, cultuando uma dimensão cultural que lhe é postíça. Mas a busca da identidade não para por aí, observa-se o surgimento de “grupos étnicos” que pretendem reviver as características de uma, imaginada, identidade de alemães, italianos, poloneses, ou quaisquer outros grupos. O imaginário remete à Europa pré-industrial, do século XIX, numa aparente busca do paraíso perdido”. (Callai e Stefanello, 2016, pp. 5-14).

Este esforço de valorizar a diversidade cultural insistentemente desenvolvido pelo Museu Antropológico, a partir dos anos 1980, é apropriado pela sociedade local. Mas, curiosamente, numa perspectiva um tanto afastada da proposição inicial. No lugar da cultura diversificada, da pluralidade, pretende-se valorizar as diversas “culturas” num esforço de desvelar as singularidades étnico culturais. Passados cem anos parece que se pretende voltar a “torre de babel” que identificava seus primórdios. É assim que inicia-se o auto denominado “movimento étnico” através da criação de associações que objetivam cultivar/preservar as tradições dos grupos étnicos.

Diz-se que Ijuí é a terra das culturas diversificadas, a expressão mais evidente destas “culturas” é a existência dos grupos étnicos organizados e cujas atividades tem sua

culminância na Fenadi, a festa das etnias. Ijuí é a terra das culturas diversificadas mas o universo cultural de Ijuí não se restringe ao viés “étnico”. Parcela significativa da população ijuiense transita noutra esfera das manifestações culturais. Na atualidade Ijuí não possui praticamente nenhum cidadão alemão, ou italiano, ou polonês, ou leto, ou.... O que existe são teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros, polono-brasileiros e por aí vai. Descendentes de segunda ou terceira geração. Essa indiferenciação ajuda a explicar a composição multiétnica, por contraditório que pareça, de cada um dos diferentes grupos étnicos organizados em Ijuí.

Somos todos brasileiros com alguma ligação “imaginada” com a terra de origem de nossos ancestrais. As pessoas declaram seu pertencimento a um determinado grupo étnico, mesmo quando não conhecem efetivamente a cultura, a história dessa etnia ou país. É uma manifestação surpreendente, muito interessante e peculiar, típica de uma sociedade plural e aberta como é o Brasil. Numa perspectiva histórica que contemple o conjunto dos anos de é possível concordar com Marques (2002, p.11):

“O significado do pluralismo étnico, que caracteriza a formação colonial de Ijuí, não está nos aspectos específicos de cada etnia considerada em si mesma, como fator de unidade e identidade grupal à base da procedência geográfica ancestral determinada, fato sociocultural de especificidade própria, não porém de alcance maior quando tomado em si mesmo, isoladamente, É o caráter relacional da etnia que a torna significativa a partir do momento em que surgem as diferenças e, por si, o dinamismo dos contrários em luta por superarem-se no processo pelo qual o convívio em espaço e tempo social comum termina por configurar uma unidade original de culturas diferenciadas, diversificadas ricas pelo seu poder de relativizar todo seu mundo, de se contrapor aos mecanismos de mando e controle unitários, despóticos” (2002:11).

A representação simbólica, o imaginário que se procura reconstituir nas casas étnicas, nas danças, na culinária é um curioso esforço de reviver, de reconstituir no Brasil o que não existe mais na Europa. Corre-se o risco de estarem, os grupos étnicos, reproduzindo de maneira alegórica uma realidade imaginária. E nisso reside o risco da caricatura, de um completo e definitivo descolamento cultural em referência à comunidade de origem.

O esforço educativo do Museu Antropológico Diretor Pestana é pois preservar a memória documental e fotográfica da população local e, mais que isso, aprofundar o entendimento do processo de formação de uma nova identidade cultural constituída na interação das matrizes indígena, cabocla, negra e imigrante no interior de um estado nacional envolvente.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BERNARDES, N. (1997). *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijui, Associação Geógrafos Brasileiros/Secção Porto Alegre.
- BRUM, A.J. E MARQUES, M.O. (2004). *Nossas coisa, nossa gente*. Ijuí: Editora Unijuí.
- CALLAI, J.L. E STEFANELLO, B.A. (2016). *Imigração no noroeste do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí.
- CANABARRO, I. S. (2011). *Dimensões da cultura fotográfica no sul do Brasil*. Ijuí: Editora Unijui, Museu Antropológico Diretor Pestana.
- CUBER, A. (1975). *Nas margens do Uruguai*. Ijuí: Museu Antropológica Diretor Pestana.
- DARONCO, L.J., RODRIGUES, M.O. E STEFANELLO, B.A. (2016). *Afro-brasileiros no noroeste do Rio Grande do Sul*. Editora Unijui.
- FISCHER, M. (2002). *Etnias diferenciadas na formação de Ijuí*. Ijuí: Editora Unijuí.
- FRANKENBERG, J. (1938). *História do Brasil*. Porto Alegre: snt.
- HALL, S. (2014). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- LAS CASAS, B. (2016). *Brevisima relación de la destrucción de las Indias*. Medellin: Editorial Universidad de Antioquia. (Disponível em <http://editorial.udea.edu.co>)
- LAZZAROTTO, D. (2001). *História do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijui.
- _____. (2002). *História de Ijuí*. Ijuí: Editora Unijui.
- LUGON, C. (1977). *A republica comunista- cristã dos Guaranis*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- MARQUES, M.O. INTRODUÇÃO. IN. FISCHER, M. (2002). *Etnias diferenciadas na formação de Ijuí*. Ijuí: Editora Unijuí.
- Museu Antropológico Diretor Pestana. (2002). *40 anos de história*. Ijuí: Editora Unijui.
- NEUMANN, R.M. (2016). *Uma Alemanha em miniatura*. São Leopoldo: Oikos Editora, Editora Unisinos.
- RANGER, T.O. E HOBSBAWN, E.J. (1989). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

REAL, M. (2009). *As Missões, Bandeirantes, Jesuítas e Guaranís*. Lisboa: Quidnovi Ed.

RIBEIRO, DARCY (1979). *As américas e a civilização, estudos de antropologia da civilização*. Petrópolis: Editora Vozes.

SEYFERTH, G. (1982). *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Cultural Catarinense.

_____. Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em populações de origem europeia no sul do Brasil). *Revista de Antropologia*. 29, 1986, pp. 57-71.

STEFANELLO, B.A., MATTE, D.C. E LUCKMANN, S. (2015). *Comunidades indígenas no noroeste do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí.

ZARTH, P.A. (2012). *Do arcaico ao moderno, o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí.